

EDITAL DE Credenciamento N.º 29/2018

Seleção de Organização da Sociedade Civil (OSC) para celebrar Termo de Colaboração.

O MUNICÍPIO DE PLANALTO-RS, por meio da Secretaria Municipal da Assistência Social, torna público e comunica aos interessados que está procedendo Chamamento Público até o dia 20 de junho às 10:00 h, na forma prevista do art. 24 na Lei 13.019/2014, visando a seleção de Organização da Sociedade Civil (OSC) para celebração **TERMO DE COLABORAÇÃO** o qual será regido pela Lei nº13.019/2014:

1 – DO OBJETO:

Item	Qtde.	Unid.	Descrição
1	12	MÊS	<p>O Chamamento Público objetiva a seleção de Organização da Sociedade Civil (OSC) para celebrar Termo de Colaboração, mediante a oferta dos seguintes serviços de atendimento na instituição de propriedade do Município:</p> <p>a) Acolhimento institucional de menores de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos e 11 (onze) meses.</p> <p>b) Proteção social, especial e de alta complexidade</p> <p>c) Garantia de Proteção integral, higienização, educação, alimentação</p> <p>d) Proteção daqueles que se encontram sem referência e/ou situação de ameaça, necessitando de ser retirado do lar</p> <p>e) Família acolhedora, com convivência e fortalecimento de vínculos prevenindo situações de exclusão social e de riscos.</p> <p>O TERMO DE COLABORAÇÃO será firmado na forma do art.2º inc. VII da Lei 13.019/2014 . R\$ 6.800,00/mês</p>
			Total

2 – DAS CONDIÇÕES DAS PARTICIPAÇÃO:

Podem participar do presente Chamamento Público Organizações da Sociedade Civil (OSC), pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, devendo observar o seguinte:

- a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;
- b) em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;
- c) escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- d) no mínimo 6 (seis) meses de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de

documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

e) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

f) condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas pela Municipalidade.

Não podem participar, sob pena de imediata inabilitação:

a) instituições com fins lucrativos;

b) instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, suas mantenedoras e associações de pais e mestres;

c) fundações e institutos criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas;

d) entidade que não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

e) entidade que esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada

f) que tenha como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

g) entidade que tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, enquanto não for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e não forem quitados os débitos que lhe foram eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

h) entidade que tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

h.1) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

h.2) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

h.3) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

h.4) declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes.

h.5) entidade que tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 5 (cinco) anos;

i) entidade que tenha entre seus dirigentes pessoa:

i.1) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou

Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

i.2) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

i.3) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

i.4) entidades proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

i.5) quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993.

3 - DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

As propostas serão recebidas pela Comissão de Licitação em via digitada, em papel, assinada sua última folha e rubricada nas demais, sem rasuras ou emendas, em dois envelopes distintos, fechados, contendo na sua parte externa e fronteira a seguinte inscrição:

Ao Município de Planalto
Credenciamento n.º 29/2018.
Envelope n.º 01 – Plano de Trabalho
Proponente (nome completo da Empresa)

Ao Município de Planalto
Credenciamento n.º 29/2018.
Envelope 02 – Habilitação
Proponente (nome completo da Empresa)

Os Documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

Originais ou publicação em Órgão Oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório;

Dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese do documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 30(trinta) dias, a partir da data de sua emissão; e

Os documentos deverão ser apresentados em única via, em língua portuguesa, redigidos com clareza e de maneira metódica e racional, de modo a oferecer fácil compreensão, com todas as folhas assinadas ou rubricadas manualmente pelo representante legal da OSC ou por seu procurador legalmente constituído.

ENVELOPE Nº 1– PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho, em consonância com o Modelo que constitui o Anexo III deste Edital, totalmente preenchido com os valores constantes no cronograma de desembolso, Plano de Aplicação, Cronograma Físico, Metas e Indicadores, deverá ser entregue em envelope lacrado, acompanhado externamente, fora do envelope, da Ficha Cadastral da OSC.

Será desclassificada a proposta financeira e o Plano de Trabalho com custo mensal ou global superior ao estabelecido no item I.1 deste Edital, para serviço a que o Plano de Trabalho se relacione.

Será desclassificada a proposta financeira e o Plano de Trabalho com custo mensal ou global superior ao estabelecido no item 3 deste Edital, para serviço a que o Plano de Trabalho se relacione

Os proponentes são responsáveis pela veracidade das informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento e no envio de documentos, isentando a Administração Municipal de qualquer responsabilidade civil ou penal.

O Município de Planalto/RS não se responsabilizará por propostas que deixarem de ser concretizadas por fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, tampouco por falhas decorrentes do equipamento do candidato.

Será desclassificada a proposta financeira com custo mensal ou global superior ao estabelecido neste Edital.

ENVELOPE Nº 2– HABILITAÇÃO

Para habilitação a OSC deverá ser entregue à Comissão de Seleção lacrado, contendo os seguintes documentos:

- a)** Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a fim de comprovar que possui no mínimo, um, ano de existência, com cadastro ativo.
- b)** Documento que comprove a capacidade e condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.
- c)** Cópia legível do Estatuto Social e comprovação de seu registro em Cartório, na forma da lei.
- d)** Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, registrada em Cartório, na forma da lei.
- e)** Certidão nominal atualizada dos dirigentes da Organização da Sociedade Civil, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil -

- f) Comprovação de que a OSC funciona no endereço por ela declarado.
- g) Certidão de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada ente federado.
- h) Certidão ou Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da *Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)* ou *Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas*, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1943.
- i) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- j) Declaração de que os dirigentes da OSC não são agentes políticos, e que não possuem parentesco até 2º grau, inclusive por afinidade, com agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade (ANEXO V).
- l) Declaração de que a OSC não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos e que, portanto, não se submete às vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações (ANEXO VII).
- m) Declaração de que não haverá contratação ou remuneração a qualquer título, pela OSC, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade.
- n) Conhecimento tácito das condições do Chamamento Público e da Parceria a ser firmada.
- o) Declaração de que a OSC não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos e que, portanto, não se submete às vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações .

Durante a sessão pública, a Comissão poderá requisitar o apoio de servidores técnicos de outras áreas da Administração Municipal, inclusive da Procuradoria Jurídica do Município, a fim de esclarecer eventuais dúvidas ou condutas a serem executadas para o bom andamento do presente.

4 – DA FISCALIZAÇÃO:

A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL indicará no Termos de Colaboração o GESTOR DA PARCERIA, o qual deverá acompanhar e fiscalizar, o projeto apresentado, sem prejuízo do acompanhamento da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do Controle Interno e dos demais órgãos de fiscalização.

5 - DA INEXECUÇÃO:

A inexecução total ou parcial dos Termos de Colaboração ou o descumprimento de qualquer dispositivo do Edital enseja a sua rescisão, com as consequências previstas na Lei Federal nº 13.019/2014.

A rescisão poderá ocorrer mediante acordo das partes, nos moldes da Legislação vigente.

6 – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Os recursos financeiros, segundo o cronograma de desembolso de cada Plano de Trabalho, serão depositados em contas específicas indicadas pelas OSCs, vinculadas ao objeto que lhes for pertinente.

Os pagamentos deverão ser realizados mediante cheque nominal aos fornecedores e prestadores de serviços da OSC.

7 - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS:

OSC será compelida a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a)** inexecução do objeto;
- b)** falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c)** utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- d)** descumprimento dos termos previstos neste instrumento

8 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas se dará mensalmente para a liberação da próxima parcela de desembolso, conforme pactuado no Termo de Colaboração.

Durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia subsequente ao da prestação de contas integral, a OSC se compromete em manter em arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

9 - DAS PROIBIÇÕES

Fica ainda proibido à OSC:

- a)** redistribuir os recursos recebidos a outras OSCs, congêneres ou não;
- b)** realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Colaboração;
- c)** utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração;
- d)** utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Colaboração;
- e)** executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- f)** transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- g)** retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;

Realizar despesas com:

- a) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias;
- b) Publicidade, salvo as imprescindíveis e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
- c) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019, de 2014;
- d) Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;
- e) Adquirir bens permanentes;
- f) Efetuar pagamento de despesas bancárias

10 - DAS PENALIDADES

A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL poderá aplicar as seguintes penalidades na OSC pelo não cumprimento do presente instrumento:

- a) advertência;
- b) suspensão dos repasses
- c) multa
- d) declaração de inidoneidade e proibição de recebimento de recursos públicos.

Todas as penalidades mencionadas deverão estar devidamente fundamentada e concedida direito de ampla defesa e contraditório.

A aplicação de multa será de 0,5% a 1% do valor total deste Termo de Colaboração.

11 - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo de Colaboração poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer tempo, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência, desde que cumprido o prazo mínimo de 90 (noventa) dias para publicidade dessa intenção.

Constitui motivo para rescisão do Termo de Colaboração o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

12 - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Projeto/Despesa	Há Previsão
-----------------	----------------

2005 3390.39.96.00.00.00 - Outros Serv.de Terceiros Pessoa Jurídica	Sim
---	-----

13– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DOS RECURSOS:

A OSC poderá apresentar recurso, junto à ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, contra o resultado preliminar, no prazo de 3 (três) dias do resultado da Seleção, mediante ofício específico e individualizado por item/projeto, ao qual concorre, com as razões fundamentadas de sua irressignação, bem como, documentos que julgar necessários.

Não caberá novo recurso da decisão proferida ao recurso apresentado.

Após o julgamento ou o transcurso do prazo para interposição de recurso a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, promoverá a homologação do resultado e divulgará, no seu sítio eletrônico oficial e no órgão oficial de imprensa, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

Decairá do direito de recorrer a OSC que não atender ao prazo recursal previsto, ou apresentar recurso em desconformidade com o previsto neste edital.

A OSC poderá desistir da assinatura do Termo de Colaboração, objeto do presente Edital, em qualquer uma de suas fases, bastando formalizar a sua desistência através de ofício endereçado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e o pessoal que a OSC vier a utilizar para a realização de suas atividades constantes deste Instrumento.

O Termo de Colaboração poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de

TERMO DE ADITAMENTO, inclusive com reajuste dos valores repassados, se devidamente justificado e observada a conveniência do interesse público, nos termos da Lei 13.019/2014.

Os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, com auxílio do setor Jurídico do Município.

DOS ANEXOS:

ANEXO I. PLANO DE TRABALHO

ANEXO II. DECLARAÇÃO CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL

ANEXO III. DECLARAÇÃO DO ART. 39, INC. III DA LEI 13.019/2014 ANEXO IV. Declaração de que a OSC não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos e que, portanto, não se submete às vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações

ANEXO V. Declaração de atender ao disposto no art. 39, inc. III da Lei 13.019/2014.

ANEXO VI. Declaração de abertura de conta bancária específica para cada parceria.

ANEXO VII. Minuta do Termo de Colaboração.

ANEXO VIII.A OSC deverá elaborar o Plano de Trabalho, totalmente preenchido com os valores constantes no cronograma de desembolso, Plano de Aplicação, Cronograma Físico, Metas e Indicadores, deverá ser entregue em envelope lacrado, acompanhado externamente, fora do envelope, da Ficha Cadastral da OSC, esta ficha cadastral encontra-se com modelo em em anexo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Planalto, 08 de 6 de 2018.

GABRIEL OLKOSKI

Prefeito Municipal

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

Acolhimento destinado menores de zero a 17 anos e 11 meses de idade: Serviço de acolhimento institucional se vincula à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na modalidade de abrigo institucional de propriedade do Município, o qual tem por finalidade atender e promover o acolhimento dos menores. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. O atendimento prestado deve ser personalizado e favorecer o convívio familiar e comunitário. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos abrigados conforme perfis. Deve funcionar em unidade inserida na comunidade, ambiente acolhedor e estrutura física permanecer adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. Os serviços prestados devem ser organizados de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos abrigados, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

Segurança de Acolhida: Ter o abrigado sua identidade, integridade e história de vida preservadas; ter acesso ao espaço com padrões de qualidade quanto a higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto; ter acesso a ambiência acolhedora e espaços reservados a manutenção da privacidade do usuário e guarda de pertences pessoais.

Segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social: Ter acesso a benefícios, programas, outros serviços socioassistenciais e demais serviços públicos; ter assegurado o convívio familiar, comunitário e/ou social.

Segurança de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social: Ter endereço institucional para utilização como referência; ter vivências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania; ter acesso a atividades segundo suas necessidades, interesses e possibilidades; ter acompanhamento que possibilite o desenvolvimento de habilidades de autogestão, autosustentação e independência; ter respeitados os seus direitos de opinião e decisão; ter acesso a espaços próprios e personalizados; ter acesso à documentação civil; obter orientações sobre o serviço, direitos e como cessá-los; ser ouvido e expressar necessidades, interesses e possibilidades; desenvolver capacidades para autocuidados, construir projetos de vida e alcançar autonomia; ter ampliada a capacidade protetiva da família e a superação de suas dificuldades; ser preparado para o desligamento do serviço; avaliar o serviço.

ANEXO II

DECLARAÇÃO CONHECIMENTO TÁTITO DAS CONDIÇÕES DO CHAMAMENTO PÚBLICO E DA PARCERIA A SER FIRMADA

D E C L A R A Ç Ã O

_____, representante legal do (a) _____, CPF _____, declaro para os devidos fins que estou ciente da legislação de regência, especialmente quanto à utilização dos recursos, da forma a ser efetuada a prestação de contas e ao cumprimento das metas do Plano de Trabalho. Comprometemos em receber, aplicar e prestar contas dos recursos que nos forem concedidos pela Administração Municipal e damos publicidade e acesso a quem de direito solicitar.

Planalto, de de 2018

Assinatura e carimbo da entidade

ANEXOIII

DECLARAÇÃO DE QUE OS DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NÃO SÃO AGENTES POLÍTICOS, NÃO POSSUI PARENTESCO ATÉ 2º GRAU, INCLUSIVE POR AFINIDADE, COM AGENTES POLÍTICOS DE PODER OU DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DIRIGENTE DE ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA MESMA ESFERA GOVERNAMENTAL OU RESPECTIVO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO, BEM COMO PARENTE EM LINHA RETA, COLATERAL OU POR AFINIDADE.

DECLARAÇÃO

_____, representante legal do (a) _____, CPF_____, declaro para os devidos fins e sob penas da lei, que não integram a respectiva diretoria agentes políticos do governo CONCEDENTE, não possui parentesco até 2º grau, inclusive por afinidade, com agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade.

Planalto/RS em__de____de 2018.

Assinatura e carimbo ou identificação

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A OSC NÃO ESTÁ IMPEDIDA DE CELEBRAR QUALQUER MODALIDADE DE PARCERIA COM ÓRGÃOS PÚBLICOS E QUE, PORTANTO, NÃO SE SUBMETE ÀS VEDAÇÕES PREVISTAS NO ART. 39 DA LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014 E ALTERAÇÕES.

DECLARAÇÃO

_____, representante legal do (a) _____, CPF_____, declaro que esta OSC não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos e que, portanto, não se submete às vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações.

Planalto/RS em__de ____de 2018.

ASSINATURA E CARIMBRO

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO HAVERÁ CONTRATAÇÃO OU REMUNERAÇÃO

A QUALQUER TÍTULO, PELA OSC, COM OS RECURSOS REPASSADOS, DE SERVIDOR OU EMPREGADO PÚBLICO, INCLUSIVE AQUELE QUE EXERÇA CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CELEBRANTE, BEM COMO SEUS RESPECTIVOS CÔNJUGES, COMPANHEIROS OU PARENTES, ATÉ O SEGUNDO GRAU, EM LINHA RETA, COLATERAL OU POR AFINIDADE

DECLARAÇÃO

_____, representante legal do _____, CPF _____, declaro que não haverá contratação ou remuneração a qualquer título, pela OSC, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade.

PLANALTO/RS; em ___ de ___ de 2018.

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA CORRENTE ESPECÍFICA

DECLARAÇÃO

_____, representante legal do (a) _____, CPF ___, declaro para os devidos fins e sob penas da lei, que a conta bancária específica para a parceria proposto é:
Banco: xxxxxxxxxxxxxxxx
Endereço: ___ Município Telefone: _____
Agência nº: _____ Conta nº: _____

Planalto/RS; em ___ de ___ de 2018.

Assinatura e carimbo ou identificação

ANEXO VII - MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº /2018

O MUNICÍPIO DE PLANALTO/RS, doravante designado simplesmente MUNICÍPIO, inscrito no CNPJ sob o nº 87.612.891/0001-15, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Senhora, portadora da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxx, expedida pelo xxxxxxxx e inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, e de outro lado a (nome da Organização), doravante denominada simplesmente ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inscrita no CNPJ sob o nº. xx.xxx.xxx/xxxx/xx, sediada na (endereço completo), neste ato representada por (nome do representante legal), portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxx, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, acordam em firmar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, com fundamento no Chamamento Público nº/2018, na Lei Federal nº 13.019 de 2014 e, sujeitando-se, no que couber, às normas contidas na Lei Federal nº 8.666, de 1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- a) Acolhimento institucional de menores de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos e 11 (onze) meses.
- b) Proteção social, especial e de alta complexidade
- c) Garantia de Proteção integral, higienização, educação, alimentação
- d) Proteção daqueles que se encontram sem referência e/ou situação de ameaça, necessitando se ser retirado do lar
- e) Família acolhedora, com convivência e fortalecimento de vínculos prevenindo situações de exclusão social e de riscos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor global deste Termo de Colaboração é **R\$6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)**

Parágrafo Único – A despesa decorrente deste Termo de Colaboração, no valor mencionado no *caput* desta CLÁUSULA, será coberta conforme abaixo:

Projeto Atividade: 2005

Despesa: 390.39.96.00.00.00 - Outros Serv. de Terceiro Pessoa Jurídica

Recurso Vinculado: 01

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Termo de Colaboração será 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, pelo mesmo prazo, nos termos do art. 42 da Lei nº 13.019, de 2014

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

I – SÃO OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- a) Transferir os recursos para a execução deste objeto;

- b) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- c) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto;
- d) Promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;
- e) Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
- f) Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;
- g) Elaborar elucidativo parecer conclusivo sobre a prestação de contas da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado e no art. 59 da Lei de nº 13.019/2014;
- h) Aplicar, se for o caso, as penalidades previstas neste instrumento;
- i) Manter, em seu sítio oficial na internet, as informações da parceria celebrada e o Plano de Trabalho, até cento e oitenta dias, após o respectivo encerramento.

II – SÃO OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Colaboração;
- b) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- c) Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas este Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- d) Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
- e) Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, mantendo as ações regulares em dia, não se eximindo de responsabilidade sobre a administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- f) Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
- g) Identificar o número do Instrumento da parceria e Órgão repassador no corpo dos documentos da despesa, e em seguida extrair cópia para anexar à prestação de contas a ser entregue no prazo a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, inclusive indicar o valor pago quando a despesa for paga parcialmente com recursos do objeto;
- h) Divulgar esta parceria em seu sítio na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, conforme previsto no art. 11 da Lei

13.019/2014, bem como atender a Lei Federal nº 12.527/2011;

i) Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento de fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência.

j) Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública.

l) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outra Organização da Sociedade Civil, congêneres ou não;

m) Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;

n) comprovar todas as despesas por meio de nota fiscal eletrônica ou recibo de autônomo (RPA), com a devida identificação da parceria celebrada, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;

o) aplicar os recursos repassados pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;

p) comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária.

q) não aplicar Taxa de Administração ou despesas administrativas como condição para a execução do presente objeto.

r) Ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes decorrentes das aplicações correspondentes até 31 de janeiro do exercício seguinte, salvo se forem utilizados.

s) Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho.

t) Comprovar mensalmente e de forma integral no final do Termo de Fomento todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho.

u) Manter-se adimplente com o Poder Público naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;

v) comunicar a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL a substituição dos responsáveis pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, assim como alterações em seu Estatuto;

x) apresentar até 10 (dez) dias após o encerramento de cada quadrimestre do ao civil, relatório sobre a execução da parceria, apresentado comparativo específico das metas propostas com os resultados quantitativos e qualitativos alcançados

CLÁUSULA SEXTA – REGIME JURÍDICO DO PESSOAL

- A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos integralmente com recursos desta parceria deverá obedecer ao princípio da legalidade, impessoalidade e da publicidade.

- Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e o pessoal que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

- Para a execução das atividades previstas neste Termo de Colaboração, a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL transferirá à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, de acordo com o cronograma de desembolso, o valor de R\$).
- O repasse dar-se-á o xxxxx dia útil de cada mês, exceto o repasse do mês de dezembro que ocorrerá até o dia 20 desse mês.
- O repasse financeiro de cada mês fica condicionado à aprovação pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL da prestação de contas do mês anterior
- As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA OITAVA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

- Os recursos financeiros, segundo o cronograma de desembolso, serão depositados na conta específica da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, vinculada ao objeto, na Agência nº__ , no Banco , na Conta Corrente nº , e aplicados no mercado financeiro até sua utilização.
- Os pagamentos deverão ser realizados mediante cheque nominal aos fornecedores e prestadores de serviços.
- Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item 6.1 poderão ser utilizados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento.
- A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.
- A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a participar de novas parcerias, acordos ou ajustes com a Administração Municipal.

CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

- A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:
 - a) inexecução do objeto;
 - b) falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
 - c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente
 - d) descumprimento dos termos previstos neste instrumento.

Parágrafo único: Compromete-se, ainda, a recolher à conta da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando

não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- Prestar contas mensalmente até 10º dia subsequente ao da última transferência, sob pena de suspensão dos recursos financeiros, e de forma integral das receitas e despesas até 31 de janeiro do exercício seguinte e segundo a Lei nº 13.019/2014, e de acordo com os critérios e indicações exigidos pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto e de execução financeira, bem como entregar balanço patrimonial, balancete analítico anual, demonstração de resultado do exercício e demonstração das origens e aplicação dos recursos da Organização da Sociedade Civil parceira, segundo as normas contábeis vigentes.

– Durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia subsequente ao da prestação de contas integral, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se compromete em manter em arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PROIBIÇÕES

- Fica ainda proibido à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a)redistribuir os recursos recebidos a outras OSCs, congêneres ou não;
- b)realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Colaboração.
- c)utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração;
- d)utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Colaboração;
- f)executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- g)retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- h)Realizar despesas com:
 - 1)Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias;
 - 2)Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
 - 3)Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019, de 2014;
 - 4)Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;
- n)Adquirir bens permanentes;
- o)Efetuar pagamento de despesas bancárias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

- A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL poderá aplicar as seguintes penalidades na ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL pelo não cumprimento do presente instrumento:

- a) advertência;
- b) suspensão dos repasses;
- c) multa;
- d) declaração de inidoneidade e proibição de recebimento de recursos públicos.

§1º Todas as penalidades mencionadas deverão estar devidamente fundamentada e concedida direito de ampla defesa e contraditório, bem como comunicada ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

§ 2º A aplicação de multa será de 0,5% a 1% do valor total deste Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

- O presente Termo de Colaboração poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer tempo, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência, desde que cumprido o prazo mínimo de 90 (noventa) dias para publicidade dessa intenção.

- Constitui motivo para rescisão do presente Termo de Colaboração o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Este Termo de Colaboração poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO, inclusive com reajuste dos valores repassados, se devidamente justificado e observada a conveniência do interesse público.

Parágrafo Único: Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e aprovação do Gestor deste Instrumento ou Controle Interno, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Termo de Colaboração será publicado no meio oficial, de acordo com o disposto no art. 38 da Lei nº 13.019 de 31/07/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Planalto para esclarecer as dúvidas de interpretações deste Instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

– Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei Federal nº 13.019/2014 que não foram

mencionados neste instrumento.

- E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Planalto/RS, em ___ de ___ de 2018

MUNICÍPIO
DE PLANALTO

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

FICHA CADASTRO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

I – IDENTIFICAÇÃO		EXERCÍCIO 2017	
01- ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL		02 - CNPJ	
03 – ENDEREÇO:			
04- C E P :	05 - BAIRRO:	06 – FONE:	07 – FAX:
08 – SITE:		09 – EMAIL:	
II - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL			
10 - NOME:		11 - CPF:	
12 - RG:		13 – DATA DA POSSE:	
14 – ENDEREÇO RESIDENCIAL:			
15– BAIRRO:	16–FONE RESIDENCIAL:		17 – CELULAR:

Planalto, de de 2018

Assinatura e carimbo da Autoridade

PLANO DE TRABALHO

SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

Acolhimento destinado à criança de 0 a 17 anos e onze meses: o serviço de acolhimento institucional se vincula à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na modalidade de abrigo institucional, e tem por finalidade atender e promover o acolhimento. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. O atendimento prestado deve ser personalizado e favorecer o convívio familiar e comunitário. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis. Deve funcionar em unidade inserida na comunidade, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. O ambiente familiar deve ser organizado de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos (as) usuários (as), oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

Segurança de Acolhida: Ter sua identidade, integridade e história de vida preservadas; ter acesso a espaço com padrões de qualidade quanto a higiene, acessibilidade, habitabilidade salubridade, segurança e conforto; ter acesso a ambiência acolhedora e espaços reservados a manutenção da privacidade do usuário e guarda de pertences pessoais.

Segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social: Ter acesso a benefícios, programas, outros serviços socioassistenciais e demais serviços públicos; ter assegurado o convívio familiar, comunitário e/ou social.

Segurança de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social: Ter endereço institucional para utilização como referência; ter vivências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania; ter acesso a atividades segundo suas necessidades, interesses e possibilidades; ter acompanhamento que possibilite o desenvolvimento de habilidades de autogestão, auto sustentação e independência; ter respeitados os seus direitos de opinião e decisão; ter acesso a espaços próprios e personalizados; ter acesso à documentação civil; obter orientações sobre o serviço, direitos e como cessá-los; ser ouvido e expressar

necessidades, interesses e possibilidades; desenvolver capacidades para autocuidados, construir projetos de vida e alcançar autonomia; ter ampliada a capacidade protetiva da família e a superação de suas dificuldades; ser preparado para o desligamento do serviço; avaliar o serviço.

Valor destinado à execução deste serviço/orçamento: R\$\$\$????